

Tudo está extremamente bem.

A palavra de ordem, nestes dias, é *regras*.

A cada cidadão-modelo é pedido um grande sacrifício: obedecer, incondicionadamente, a uma lei.

Mas esta lei, ou melhor, este conjunto de decretos que se seguem vertiginosamente, de maneira contraditória e confusa, tem como teatro uma sociedade que perdeu, em poucos dias, as suas certezas.

Um novo vírus apareceu como filho do capitalismo, da pressão humana sobre a natureza, enquanto produto da exploração.

Em frente a este vírus desconhecido, a salvação reside na obediência às leis, não tanto para desenvolver a imunidade, mas sim para endireitar o rebanho. Depois, se estas leis impõem ou permitem atitudes que não fazem sentido nenhum, está tudo bem na mesma. Nessas circunstâncias, o que é se torna mais útil? Encher a cabeça de leis, bombardear com a propaganda do #iorestoacasa (eu fico em casa), cantar hinos desde as varandas, militarizar estradas e bairros, ou fazer com que as pessoas compreendam a situação assim como ela realmente é?

Se a lei permite fazer uma estupidez, quem está acostumado a obedecer (obedecer e já está) não fará outra coisa que aderir à abominação da lei.

Para estas motivações, o bem maior a ser cultivado entre nós é a *razão*, não a obediência, nem o assim chamado «bem comum».

Existem tantas maneiras de prender o indivíduo à obediência, algumas muitas evidentes, outras menos.

Aquelas mais desonestas fundamentam-se na vontade coletiva e no sentido de comunidade.

A maioria das vezes, essas coletividades e comunidades não são outras coisas que o produto funcional, o instrumento de regeneração de hierarquias e de cadeias de comando: a terra fértil, em poucas palavras, em que brotam, mais facilmente, as raízes da vigilância.

Bom, a perspectiva de ter ideias partilhadas e subscritas, por meio de uma limitação quase total das responsabilidades individuais, tornou-se, no tempo, a praxe institucional mais clara e simples pela imposição de cada hierarquia, de cada domínio, de cada exploração.

Mas, que *certezas* estariam atacadas pelo DPCM (decreto do presidente do conselho de ministros) do governo?

E a qual normalidade se anseia regressar o mais cedo possível?

Hoje, a lei diz que muitos devem ir trabalhar; governo e patrões fazem acordos com as partes sociais e os operários são ignorados, os quais, no entanto, organizam greves selvagens.

É o que a lei diz: patrulhados na própria casa e, ao mesmo tempo, trabalhar na fábrica. É preciso ficar em casa, mas é preciso estar presentes no trabalho e na fábrica.

Uma dimensão que reproduz, perfeitamente, o slogan “distantes, mas juntos”, ou seja, *sozinhos* nos relacionamentos de força contra os instrumentos da exploração, e *comunidade* no atuar, de maneira responsável, perante os ordenamentos. Não é este um dos objetivos mais ansejados pelo modelo económico vigente, seja este encarnado pelo Estado, quer pelos criativos empresários?

No entanto, em toda esta situação, as pessoas são empurradas a delatar: denunciam os vizinhos que saem à rua, talvez para tirar o lixo, denunciam qualquer pessoa. Jornais e afins, como sempre, mas talvez hoje com mais ardor, estão à procura da notícia sensacional e, portanto, a atuar como bófias e denunciar. Políticos e aspirantes políticos querem tirar proveito e visibilidade com verdadeiras obras de pilhagem. Alguns ministros tentam conquistar o palco comunicando, ao vivo, as escolhas do governo relativas à sua área, outros políticos dizem tudo, e o contrário de tudo, para cavalgar a onda, falando a partir dos ecrãs de TV locais, nacionais, internacionais. Há quem invoca eleições e quem diz, ao vivo, que está doente.

Mas onde está a excecionalidade de tudo isso? Não era a praxe, também, até uns dias atrás?

Aproveitando da situação, numerosas empresas promovem, no mercado, as suas aplicações, os seus drones e a sua tecnologia para ajudar governo e bófia a controlar as deslocações das pessoas. Estão prontas, portanto, a assegurar uma via privilegiada na construção de novas infra-estruturas da rede digital. Nada novo para um modelo económico que, há tempo, está a tentar impor os seus novos padrões e os seus novos objetivos. A renovação do capitalismo precisa de meter em quarantena as suas velhas formas de produção industrial e de exploração de energias. A nova montagem estrutural sustentável e partilhada está já a operar. Um verdadeiro facto propagandeado pelas mais diversas associações em *flashmobs* e manifestações apaziguadas. O que fica para fazer é tornar os súbditos cientes e dispostos a aceitar os parâmetros comportamentais sem excessivos contratempos.

De toda forma, julgamos importante fazer reparar a nossa análise num ramo estrutural do capitalismo: o aparato tecno-científico.

“Governar significa explorar”, mas a exigência atual do capitalismo de governar e reprimir de maneira produtiva e ilimitada pressupõe a construção de um sistema científico capaz de atualizar e modificar continuamente as escolhas a impor. Além disso, essas escolhas devem ser aplicadas rapidamente e, por isso, são necessárias comunidades e territórios capazes de assumir as exigências da economia.

Para que é funcional o contínuo acompanhamento da vigilância das nossas vidas?

Pode uma câmara ou um drone impedir uma qualquer ação voluntária?

Absolutamente não! Pode só, nalgumas circunstâncias, dissuadi-la ou afastá-la para qualquer outro lugar.

Apesar disso, a arma da vigilância é, simultaneamente, afiada e de dois gumes.

As contínuas mudanças de contexto económico e decisional devem prever ou influenciar as atitudes dos indivíduos. Contudo, o nível de controlo total não age na interioridade, mas na assim chamada coletividade. O objetivo do inimigo é, por isso,

mudar o ambiente para que responda de um determinado modo: um ambiente que funcione como sensor, como sonda, como polícia.

Quando o ambiente se torna um sensor, não existe mais um limite para aquilo que pode ser levantado, elaborado e classificado. No modelo disciplinar de controlo industrial, a vigilância concentrava-se no lugar de trabalho e nas prisões. Na era digital, a interatividade da rede aniquila as diferenças entre os processos de monitoração: a recolha dos dados chega a permear um crescente leque de espaços e atividades. E, finalmente, o ponto de chegada de uma decisão guiada é a automação do juízo. O indivíduo limita a quantidade de informações que pode ser absorvida ou elaborada, enquanto as máquinas promovem cenários de neutralidade e objetividade que permitem transcender as parcialidades do juízo. A finalidade da automação é, de facto, a de desenvolver sistemas que substituam as decisões individuais e os instintos vitais.

A finalidade não é, simplesmente, aquilo de reprimir, por meio das forças de segurança, as atitudes que o poder considera enquanto antisociais. Hoje, o olho do controle está a mudar-se para dentro das massas. Quantas vezes, de facto, bem antes da difusão do mortífero vírus, histéricos cidadãos gravaram vídeos para denunciar condutas tidas como inoportunas?

Para os decretos-lei, não é importante saber porque não há suficientes estruturas ou respiradores para os doentes (e estes últimos, quem estão a viver na sua pele as dificuldades destes dias, de norte a sul, sabem muito bem o que isso significa). Pelo contrário, é útil disciplinar as pessoas perante um evidente erro do sistema operativo. Cada vez mais, autarcas e cidadãos invocam a presença do exército. Mas porque, ao invés de apelar para medidas concretas em prol da saúde, se apela ao exército? A resposta é fácil: a coisa importante é que não haja concentrações de pessoas na rua, que não haja pessoas capazes de protestar quando nos tornarmos conscientes do facto que, afinal de contas, o que eles querem é que fiquemos em casa, esperando pelo morbo, sem curas, enquanto cantamos nas varandas. O que aconteceria se todos testassem, pela própria mão, a falta de curas adequadas? O que aconteceria se, chegadas às urgências, vinte ou trinta pessoas se vissem recusadas as curas porque, simplesmente, não há mais dinheiro? O que aconteceria se a seguir, em resposta às contínuas garantias de que podemos ficar tranquilos, viesse a triste realidade de não podermos garantir um sustento diário adequado?

É praxe, perante cada evolução das formas de vigilância das nossas vidas, alimentar um panorama visionário orwelliano para criticar os seus efeitos. É costume, perante o aperto da cadeia que nos explora, esquecer os responsáveis: o capital, o estado, as instituições e os seus representantes. É importante, por isso, não minimizar a consistência dos factos e não edulcorar a realidade.

O maior perigo representado pela vigiância automatizada não é a sua pretensão de ser absoluta, mas o facto de as pessoas começarem a agir como se ela fosse realmente absoluta.

É importante considerar que a falaz neutralidade das máquinas condiciona diariamente decisões governativas, avaliações económicas e mais. Contudo, o amplo mercado que o aparato industrial da segurança mexe é evidente. Existem, relativamente à *governance* da segurança, um âmbito económico estratégico e outro estritamente social que se alimentam entre si e partilham, igualmente, as receitas, apropriando-se de papéis determinantes na gestão e no fornecimento de serviços. A experimentação difundida que o capital usa como modo de se regenerar precisa,

continuamente, de figuras que devolvam sentido às tentativas de reinício da máquina (mas precisa, também, de um ambiente domesticado que cumpre escolhas *saudáveis*, *virtuosas*, *comuns* e, por isso, previsíveis).

Por isso, se nos é pedido ir trabalhar sem retribuição, isso é um dever do trabalhador perante a economia do Estado. Se nos é pedido trabalhar em ambientes ou em condições insalubres é um dever perante a nação ou a comunidade de que se faz parte. Desde este ponto de vista, contudo, o que o DPCM do governo impõe não tem nada de novo ou de salvífico, mas é a confirmação do assassinio diário que é, desde sempre, ministrado pelos patrões aos trabalhadores.

Provavelmente, este novo sentido do dever consegue fazer esquecer que cada dia nos confrontamos com a morte: indo para o trabalho, respirando ar poluído, ou sendo mortos por zelosos tutores da ordem.

Tudo isso tem responsáveis! Conhecemo-los bem! E não temos de esquecer como fazer para os reconhecer: quando nos dizem que é preciso estar unidos pelo bem da nação e fazer sacrifícios, quando nos dizem que o empresariado é a única salvação da pobreza, que a democracia é o mal menor, que um prisioneiro na cadeia se suicidou ou morreu de overdose.

Não temos de esquecer quem são, também quando pedem um esforço a todos para limitar uma emergência como aquela em andamento.

São os mesmos canalhas, os mesmos assassinos de sempre.

Não temos de desconhecer responsabilidades específicas por meio da partilha da culpa, uma arma que, há meses, os governos europeus e os seus servos esquerdistas¹ estão a tentar rebentar nas consciências, por meio de protestos domesticados.

Políticos, patrões, bófiás e juízes são o vírus quotidiano da nossa vida.

A velha dica “se não tiveres nada para esconder, não tens nada para temer” evoca implicitamente os clássicos privilégios de classe.

Quem não tem nada a temer do sistema económico que condiciona as nossas vidas é o patrão, que assumiu os modos de viver funcionais ao capitalismo e os reproduz.

Não precisamos de contar um número maior de passos numa vedação para nos sentirmos mais livres.

Somos livres porque não reconhecemos o direito e a lei, seja no caso em que estes provenham de uma assembleia de delegados, quer provenham de uma elaboração de um algoritmo.

O mesmo medo com que procuram infetar as consciências deve ser revirado contra eles. Quem faz instrumentalização política desta situação, tentando elevar-se a benfeitor ou controlador, é cúmplice!

Nenhuma ordem, nenhum comunicado consolatório, e de descontração sobre aquilo que produz o sistema económico, deve ser salvaguardado ou amplificado.

Somos animados por uma fortíssima proximidade a todos aqueles que estão a passar por momentos escuros nestes dias, e é justamente por isso que não vamos esperar,

¹ *Esquerdistas* é aqui referido não apenas aos militantes dos partidos de esquerda (de maneira particular, ao Partido Democrático (PD), agora no governo junto com o partido populista Movimento 5 Stelle (M5S)), mas também aos movimentos reformistas, não revolucionários (como o das Sardinhas ou Extinction Rebellion, por exemplo). Não é referido à esquerda autónoma ou, em geral, à esquerda dos centros sociais.

indefesos e em silêncio, por aquela normalidade que já combatíamos e que, basicamente, não tem nada de diferente daquela de hoje.

Em guerra contra o capital, ontem e hoje!

Anarquistas em Cosenza.

Versão original:

<https://roundrobin.info/2020/03/cosenza-tutto-va-estremamente-bene/>